ANO II — Lisboa—Quinta-feira, 3 de Outubro, de 1918 — N.º 483

A Monarquia

Diario Integralista da Tarde

ENDEREÇO TELEGRAFICO: — «MONARQUIA»—LISBOA

Director
Conde de Monsaraz

Redactor principal
Antonio Sardinha

Propriedade da Sociedade Integralista Editora, Limitada

Escritorios e Typografia
R. de S. Paulo, 20

Impressão — Rua do Grilhão, 134

Editor — João M. Santos

Telefone: C. 1033

O operario e a ordem

Fala o dr. Martinho Nobre de Mello

A Monarquia orgulha-se hoje de receber a visita de um dos mais belos talentos da nova geração e tem o prazer de transmitir aos seus leitores a opinião autorizada do Dr. Martinho Nobre de Melo sobre alguns dos mais graves problemas nacionais. Professor da Universidade de Lisboa, deputado, antigo ministro do governo do sr. Dr. Sidonio Pais, as considerações que ao Dr. Nobre de Melo merecem os gravissimos aspectos da nossa questão politica e social, revestem-se de um altissimo significado que é simultaneamente um depoimento e uma advertencia.

Que a escute quem deve escuta-la, enquanto nós ficamos aplaudindo a desassombrada energia do moço e ilustre professor e nosso querido amigo, ao mesmo tempo que lhe agradecemos a espontanea escolha que fez do nosso jornal para dizer de sua justiça na carta sensacional que dirige ao nosso querido director.

Nesta hora grave de falencia das melhores intenções, em que todos os planos sossobram por falta de principios, são os novos que dão o alarme do perigo que a Patria está correndo, nas mãos de estadistas improvisados e incompetentes.

Para instruir o processo politico do actual periodo, não é dos menos instrutivos depoimentos a carta que a seguir publicamos e que tanto nobilita o seu espirito de verdadeiro conservador e verdadeiro patriota.

Ei-la:

MEU CARO ALBERTO MONSARAZ

«Já não é a primeira vez que chegam ás minhas mãos cartas de leitores da *Monarquia* em que se me apresentam e figuram duvidas graves a respeito das ideias que nós—os anti-individualistas e anti-parlamentaristas extremos— comummente professamos sobre a excelencia e a virtude social dos sindicatos.

De novo agora me chamam a capitulo a proposito da atitude francamente revolucionaria de certos organismos operarios, para os quais não ha concessão que chegue, não ha transigencia que baste, não ha emfim sacrificio publico que seja suficiente, neste doloroso momento de crise nacional.

Ao invez, tudo para eles se converte em novo motivo de desordem, em pretexto acintoso para novas greves, em esperançoso convite para nova agitação e novo tumulto.

Perguntam-me se ainda mantenho as ideas perigosamente *sindicais* que, na minha conferencia deste ano na Liga Naval defendi com ardor, face a face de um publico eminentemente conservador e declaradamente anti-sindicalista, isto após as demonstrações sucessivas de intranquilidade, de antipatriotismo e de revolucionarismo, em que os sindicatos portugueses agora se comprazem com uma inconsciencia pavorosa!

Perguntam-me se não dou finalmente razão áqueles que julgam uma poetica utopia o meu entusiasmo pelo neo-sindicalismo e uma ilusão desfeita as ideas que a *Monarquia* tantas vezes, na mesma orientação, tem nobremente defendido, como ainda recentemente eu pude ver, com regosijo, atravez dum artigo brilhante do meu excelente amigo e deputado *Eduardo Pinto da Cunha*.

Permite-me pois, meu caro Alberto, que no teu jornal—o unico que em Portugal defende o unico sindicalismo defensavel—eu possa responder áqueles que se me dirigem e que se julgam no direito de esperar de mim, da minha sinceridade doutrinaria, da minha consciencia politica e social, uma explicação e, porventura, uma retratação.

Não oculto quão doloroso tem sido para mim, na verdade, o espectaculo extranho de confusão e de anarquia a que teem arrastado a organisação sindical os *menears* e aventureiros de todas as provenienclas.

Mas, nem por isso eu descreio das verdades *sociais* e *nacionais* a que os estudos filosoficos e politicos conduziram o meu espirito. Ainda, como ha mezes na Liga Naval Portuguesa, o sindicalismo apresenta-se, ante mim, com o mesmo aspecto da formidavel força do futuro que é mister orientar e aproveitar. Mas, por isso mesmo, eu sinto bem quanto se torna urgente arranca-lo á natural inconsciencia de todas as grandes forças instintivas, evitando assim que ele tenha de ser abandonado ás mãos dos profissionais da revolta e do crime.

E' necessario, antes de tudo, rever a legislação sobre as associações. Daremos aos sindicatos faculdades inumeras sob o ponto de vista da capacidade juridica mas, até lá, faça o Poder o que lhe cumpre: execute a lei que existe.

Como pode, por exemplo, permitir o governo que a *União Operaria Nacional* continue a fomentar a federação revolucionaria dos sindicatos se ela não tem existencia legal e se a lei de 81 não autorisa semelhantes Uniões e federações profissionais?

Como podem autoridades oficiais conferenciar com representantes de uma *União* cuja existencia é manifestamente abusiva?

Botelho Moniz, alma nobre e inteligencia vivissima, lavrou a sua sentença de morte, no cargo de inspector geral das subsistencias, precisamente no momento em que desceu a coloquios absolutamente indefensaveis com uma associação absolutamente extra-legal.

Quando da lei eleitoral, opuz-me intransigentemente a que se desse representação profissional á *União Operaria Nacional* contrariamente ao que pretendiam alguns membros do governo, embora a houvesse proposto e defendido para os sindicatos operarios considerados de per si.

Porquê? repito-o: porque a federação sindical, entre nós não é permitida pela lei nos termos em que ela se instituiu e existe.

Por outro lado, os sindicatos teem exorbitado da sua esfera d'acção, sem uma repulsa energica do governo. Quando os ferro-viarios se imiscuiram com exito na resolução da gréve dos tabacos, perguntei a mim mesmo se o ministro do comercio não enlouquecera!

Quando os ferro-viarios do Sul e Sueste se permitiram despedir os engenheiros seus superiores, sem um castigo imediato, exemplar, custasse o que custasse, apertei as mãos na cabeça e julguei para *sempre subvertida, em Portugal, a noção* da ordem!

Ah! faz-se greve a proposito de tudo, a proposito de tudo se reclama e exige, ameaça-se, declara-se abruptamente a paralisação dos serviços mais urgentes, incita-se á desordem, provoca-se o tumulto, jamais se cumpre a lei das gréves, jamais a sua regulamentação se pratica e exerce!

Num celebre artigo sobre *o caso das Deveras* apontava *O Seculo* este estado alarmante e pedia ao governo providencias energicas e excepcionaes para coibir a indisciplina e evitar a anarquia eminente.

Mas, ai de nós! parece que o proprio governo se está deixando ganhar de indecisão e de medo, precisamente quando a indisciplina das classes é já um facto e a revolução nas ruas fé uma epidemia que alastra, quotidianamente, sem que a repressão governativa se faça com continuidade, sem excessos mas com energia e persistencia!

Observo ainda que este sintoma é tanto mais grave quanto é certo que na pasta do interior se encontra hoje quem pelo seu talento e rijeza do pulso entrou de afirmar-se uma das mais solidas garantias de ordem no nosso país.

E' que o mal da incompreensão da hora *presente é tão fundo*, tão geral a doença da indecisão que chega a atingir as proprias atmosferas do Poder!

Está Portugal em guerra.

Ha que fazer-se, antes de tudo e sobretudo, a politica da guerra. Portanto, todas as classes sociaes teem que subordinar-se a esse pensamento. As gréves quotidianas constituem um empecilho á nossa participação, que é mister seja constante e ininterrupta, na conflagração mundial.

As revoluções de hora-á-hora, os actos sucessivos de indisciplina social e politica, o pé de guerra interior em que persistem criminosamente certas classes operarias, estão preparando, entre nós, um tal estado geral de anarquia que, nem encomendado, os alemães o teriam melhor.

Pois bem! é mister dizermos bem alto ao governo e ao país que Portugal tem de proseguir ao lado dos aliados, indifectivelmente, até á victoria final e que, portanto, todas as medidas, as mais energicas, teem que ser postas em pratica, para que a politica da guerra não seja contrariada, não seja enfraquecida, não sofra uma demora!

Numa das reuniões do conselho de ministros, a que assisti, tive ocasião de fazer as mais categoricas e inflamadas declarações em prol da causa dos aliados. Sou um *partidario da politica* da guerra, porque na victoria da Inglaterra e da França vejo a nossa victoria, assim como não esqueço que na guerra estão empenhados a honra, o brio e os interesses nacionais!

Assim deve pensar o governo. Todas as transigencias com os «grévistas», os «derrotistas», os «pacifistas», são já impossiveis.

Reveja-se a lei das gréves, reveja-se a lei das associações, proiba-se mesmo a paralisação dos serviços essenciais á vida economica do país, mobilisem-se as classes cuja actividade mais se prende á acção directa do Estado, emfim: empenhe-se o governo em evitar, a todo o preço, as perturbações constantes em que parecem extranhamente interessadas certas classes.

A politica da guerra impõe-se! E, ao seu lado, a ditadura agraria, industrial e comercial, tornou-se uma necessidade.

Nomeie-se quem, sob um pensamento estrita e altamente nacional, com os poderes os mais ilimitados, possa incumbir-se de duplicar a produção do pão por todo o país, um competente e um audaz, como seria o Adriano Pequito Rebelo.

Reforme-se o Conselho economico, outorgando-se-lhe atribuições mais latas a par de graves responsabilidades facilmente exequiveis.

Efectue-se, rigorosamente, o racionamento, continue-se, sem treguas, a luta contra os açambarcadores, e, finalmente, declare-se o imposto sobre os lucros de guerra, que digo eu? *contra* os lucros de guerra, instituindo-se um ditador energico, honesto, acima de todas as suspeitas, que possa aplicar o imposto que julgue mais adequado, naqueles casos e naquelas operações financeiras que fogem e escapam á vista do legislador. Tal se está praticando na Inglaterra com exito e a contento geral.

Evidentemente o governo tem que adoptar medidas extremas de salvação publica. Adoptando-as, sem receio, terá reduzido a um clamor sem sentido o grito revolucionario, constante, contumaz, dos profissionais da desordem.

Que todos se afaçam á ideia de que estamos em guerra. Que todos, a principiar pelos governantes, se subordinem ao pensamento de que a unica politica nacional, no actual momento, é a *politica da guerra*. Insisto nesta expressão porque eu quereria vê-la em todos os jornais, em todos os orgãos da expressão e da publicidade, repetida, reclamada, gritada!

Desta feita, somos nós, os defensores do sindicalismo, quem vem exigir que os sindicatos sejam depurados sem perda de tempo, e sejam coagidos a regressar da sua atitude perturbadora e consequentemente derrotista, á sua função social e profissional.

Sou eu que já defendi uma legislação sindical mais aberta, com garantias e faculdades juridicas mais latas do que a legislação ingleza e franceza, quem hoje reconhece a necessidade de, perante o actual estado de guerra, impedir, custe o que custar, que os sindicatos prosigam numa obra esteril de indisciplina, de rebelião, de confusão.

Está mais que provado que as gréves e as perturbações operarias não barateiam o custo da vida antes o encarecem e sobem.

Para quê, portanto, esta agitação constante, inutil, sem resultado e sem proveitos de qualquer ordem?

Mas eis que ouço falar de uma nova greve ferroviaria, novamente ouço que os operarios sindicados e federados intimam, pela ultima vez, os Poderes constituidos a multiplicar milagrosamente o pão e os peixes! A que visa tudo isso? Qual a significação de um movimento operario abrangendo o proprio proletario rural, nesta hora extrema de complicações internas e de exigencias, internacionais que nos trouxe a guerra?

Se o governo hesita em coibir as propagandas anarquicas e em impedir a generalisação progressiva da atmosfera dissolvente e derrotista em que estamos a afundar-nos, ai de nós! ai do Paiz! ai do futuro de uma Nação que não soube aproveitar-se das condições excepcionais da hora actual para se impôr á consideração dos extranhos e salvar o seu patrimonio historico de um naufragio eminente!

Quando da minha estada no ministerio, não deixei de chamar a atenção dos meus colegas para a urgencia de medidas energicas no sentido de resolver a crise social. Então, como hoje, não era a questão *politica* que eu via erguida como um fantasma mas a anarquia geral que preocupava o meu espirito. Não fui ouvido nem compreendido.

E agora?

Se o sr. dr. Sidonio Paes está resolvido (como tantas vezes o ouvi) a continuar a politica da guerra, como julga poder executa-la, ante o estado de indisciplina e de confusão, do qual não obteve ainda desembaraçar o Paiz?

Se tudo se permite aos agitadores, aos grevistas, aos derrotistas, como poderemos unificar o Paiz no pensamento nacional da *guerra*?

Da mesma sorte, aos que me perguntam se ainda sou sindicalista, respondo que o sou cada dia com mais fervor, porque não é sindicalismo o que aí estamos vendo, nem é uma associação profissional a *União Operaria Nacional*, centro permanente de insurreição de rebelião, de ataque á ordem publica, á paz interna, á propriedade, ao Estado, á Patria!

Respondo ainda que o sou cada dia com mais fervor, sob a condição de os governos não permitirem que os sindicatos não sejam senão associações *profissionais*, onde se debatam e defendam os interesses da classe e não os interesses politicos momentaneos dos partidos, dos *meneurs*, dos agitadores!

Sim! o sindicalismo é possivel mas só dentro do Estado forte e intransigente na questão da ordem.

Não ha sindicalismo em Portugal: ha associações revolucionarias, organisações permanentes da desordem. E, ai de nós!, quasi teremos que dizer que o Estado, em Portugal, é uma organisação por tal forma enfraquecida e fragil que não sabemos bem qual o seu poder de resistencia ante essa força de sindicalismo que é a revolução social organisada em pretensas associações de classe!»

Martinho Nobre de Melo

POLITICA

I—Respondendo á «Liberdade»

Magister infeliz—assim me chama o orgão do P. R. C., respondendo ao comentario que aqui fiz ha dias sob o titulo «Da «Liberdade» ao bom caminho...» Mais. Infeliz, inconsequente e mentiroso, o que, francamente, seria para abalar os creditos já «pouco seguros», como diz a «Liberdade», se as pessoas que nos leem se guiassem pelas opiniões do jornal portuense.

Mas ouçamos primeiramente o pretendido orgão dos catolicos, para depois lhe darmos a resposta que merece:

A certa altura «magister» pergunta:
«Não é ao Liberalismo que a Egreja em Portugal deve as maiores perseguições? E'.—Não é a republica o «desenvolvimento progressivo» do Liberalismo?—E'.»

Está bem, mas aqui podiamos nós lembrar a «magister» que sob o «Liberalismo constitucional» de que o Senhor D. Manoel de Bragança, rei preferido pela «Monarquia», é o mais alto e tambem o mais ilustre representante actual, soffreu a Egreja perseguições que a republica reeditou, o que invalida por completo a invocação por aquele mesmo diario, do seu programa, como *argumento*.

Mas «magister» em logica é uma lastima. Depois de formular aquelas pergantas, remata com esta:
«—Como póde então o orgão do Centro Catolico defender a republica».

Notemos que a «Liberdade» não nega a minha afirmação de que é ao Liberalismo que a Egreja em Portugal deve as maiores perseguições. Pelo contrario: afirma que *está bem*; concorda, portanto. Muito bem. Agora responda-me a «Liberdade»: para que faz nas suas columnas a apologia do *ralliement*, atacando sempre os monarquicos e a Monarquia?

Eu sei! O pretexto que a «Liberdade» invoca para assim proceder são as violencias que o Constitucionalismo moveu á Egreja, **e que a republica reeditou.** Ora, como nós queremos para Rei de Portugal D. Manuel, a «Liberdade» conclue que não serve como argumento o nossso programa aqui invocado.

Primeiramente devo dizer á «Liberdade», como resposta, que se foi realmente o Constitucionalismo quem iniciou as perseguições á Egreja, foi a Republica quem as continuou e quem as mantem. Além do quê, as perseguições movidas pelo Constitucionalismo á Egreja nos seus ultimos anos nada se parecem com as perseguições da Republica. Apesar de tudo, em 1910 a religião catolica era a *religião oficial do Estado portuguez*, e como tal gosava de todas as liberdades e garantias atinentes a semelhante situação.

Em republica...

Em segundo logar devo dizer á «Liberdade» que o Constitucionalismo é uma coisa e a Monarquia é outra. A Monarquia reconhece á Igreja Catolica o seu primado sobre a Sociedade portuguêsa, e a Monarquia lh'o dará quando voltar a Portugal, voltando a consciencia catolica a gosar de todas as garantias e liberdades que justamente lhe pertencem.

Pela Monarquia é que a geração nova se bate,—não é pelo Constitucionalismo! E como é pela Monarquia, que a geração nova se bate, é a Monarquia que a Portugal voltará a assegurar-nos todas as legitimas liberdades que o Constitucionalismo nos roubou!

Demais, o orgão do P. R. C. devia lembrar-se, pelo menos, do final do belo artigo que sobre «Politica Religiosa» aqui publicou ha dias o sr. dr. Xavier Cordeiro, e que eu, prevendo o esquecimento do orgão catolico, aqui reproduzo:

Se a politica religiosa da Monarquia Constitucional enfermou de erros e a da Republica velha foi um sudario de vilanias, a da Republica nova é inconcebivelmente absurda!
Outra terá de ser, e bem diversa, a da Monarquia Restaurada:—teem os velhos a dura lição da experiencia e os novos, felizmente libertos dos preconceitos que originaram os passados erros, não permitirão que eles voltem a cometer-se.

—Que mais quere ainda o orgão do Partido Republicano Catolico?

II — Dictadura militar? Ainda bem!

Transcrevo do «Primeiro de Janeiro» de 30 a seguinte nota politica, devéras interessante:

Tem-se falado muito, ultimamente, de reuniões de oficiaes do exercito com o proposito de se levar a efeito uma intervenção mais forte e mais energica do elemento militar no governo do país. Não sei se tem base segura os boatos que correem a tal respeito, nem onde se realizaram reuniões, como não sei nada ácerca do numero dos oficiais que se reuniram ou da sua patente. Ouço apenas que a intenção delas era fazer constar ao sr. presidente da Republica, por intermedio do sr. secretario de Estado da guerra, a quem se dirigiram mediante os chefes dos corpos, que poderia contar com o apoio formal, decidido e incondicional do exercito, desde que neste se apoiasse sem reservas, visto que não o podia fazer em nenhumas outras forças organisadas.

Os antigos partidos republicanos — alegariam os oficiais — hostilisam o chefe do Estado e a sua politica; o partido novo está longe de corresponder ao que se reclama de um organismo politico representativo duma valiosa corrente de opinião; o partido monarquico só condicionalmente está ao lado da actual situação, muito embora esta lhe deva talvez a sua existencia, o que esse mesmo partido assegura quando alude á eleição directa do sr. dr. Sidonio Paes. Posto isto, o chefe do Estado, no entender dos manifestantes, precisa de apoiar-se, ainda mais ostensivamente, nos elementos militares, como unico penhor da manutenção da ordem. Aos que assim pensam, e que naturalmente são os que não simpatisam com ideias radicaes, antes perfilham e defendem as conservadoras, parecerá, segundo se diz, insuficiente o aproveitamento de militares nos cargos civis de natureza politica ou administrativa. Do gabinete fazem parte tres civis; não seria para admirar que numa futura remodelação fossem substituidos por militares. Desta arte se cuida poder fortalecer na sociedade portuguesa, e nomeadamente na governação publica, uma disciplina que todos reconhecem ser cada vez mais frouxa e mais lassa. Estará, pois para, breve, uma ditadura militar sem disfarces e quererá presidir a ela o sr. dr. Sidonio Paes?

Perante isto eu só direi: «ainda bem»! E ainda bem, porque é precisamente de uma solida dictadura militar que Portugal necessita, para que se acabem de vez cam as desordens e revoluções continuas que tanto perturbam a Nação.

Não pensam assim os republicanos? Estão no seu papel...

Nós é que não podemos deixar de aplaudir uma solução contra os partidos e *clientelas que constantemente sugam o* sangue do país, solução dada precisamente pela organização mais solida e mais prestigiosa que nos temos em Portugal:—o Exercito. De forma que, perante a nota do «Janeiro», nós só poderemos dizer:

—Dictadura militar?—Ainda bem!

Augusto da Costa

Dr. João Espregueira da Rocha Páris

Deixou a direção do nosso presado colega *Gazeta do Lima*, orgão do *Integralismo Lusitano* no Alto Minho, este nosso querido e dedicado correligionario. A situação que pelo seu nome e pela sua competencia vai ocupar na filial do *Banco Ultramarino*, em Vianna, como director, não lhe permitia que continuasse á frente do seu jornal. Não diminue por isso o entusiasmo do dr. João da Rocha Páris. Nacionalista fervoroso pelo sangue e pela inteligencia, o nosso movimento deve-lhe já serviços assinalados. Recordando-os, a *Monarquia* aproveita a oportunidade para lhe significar mais uma vez o seu alto apreço e admiração.

Macaquinho simbolico

«Mascotte» ou «menino da sorte» lhe chamam, e dizem que veio de França esse grotesco macaquinho que ha tempos entrou de pendurar-se sobre os seios semi-virgens das costureiras ou da golla acanalhada de certos garotos de meia-roda. Solitario ou nos pares, invadiu depois os outros «meios» e já hoje essa ridicula condecoração é ostentada por quasi toda a gente que se dá pressa em exibir o estupido e desengraçado chimpanzé.

Disseram-me que veio de França a moda grotesca do bonequinho grosseiro de lã grosseira, de varias formas, varios tamanhos e varias e variegadas côres. E eu acredito piamente na procedencia gauleza do estafêrmo a que chamam «menino da sorte». Quando os meninos de carne e osso de lá vem, não admira que a velha, a tradicional graça franceza tenha produzido e para cá tenha exportado esse pequenito abôrto lanzudo, num joviallissimo ar da sua inexgotavel graça....

•

Muitos macaquinhos nos tem vindo para nossa desgraça, de ha um seculo a esta parte, da França eternamente joven, patria do riso e do bom humor espontaneo, natural, legitimamente francês. Ahi por 1820 começaram esses macaquinhos a entrar constitucionalmente no sotão politico da nacionalidade portuguêsa. Honra nos seja que não foi sem grande resistencia que lá conseguiram alojar-se, porém em tão má hora, que nunca mais o país entrou de caminhar que não fosse ás cabeçadas, durante a paz pódre do rotativismo, ou ás marradas quando, no parlamento, os macaquinhos ameaçavam o proprio sotão que os acolhera.

Com a invasão dessa praga para o sotão da Monarquia, entrava de macaquear-se tudo quanto lá fóra se fazia, numa febre de imitação, numa grande loucura megalomaniaca de fingir de grande, de arrotar de grosso deante dos colossos da força e dos potentados da riqueza. O constitucionalismo limitou-se porém a macaquear mais ou menos grotescamente, mais ou menos desastradamente o que lá fóra se fazia em processos de publica administração. Quasi que não passou de aí a ação dissolvente desse predominio de oitenta anos.

•

Era preciso que em Portugal se implantasse uma Republica para se fazer um simiesco arremedo do que de mais infame e mais degradante se viu na epoca sangrenta do Terror.

Aquelas figuras sinistras que inundaram a França de sangue e de lagrimas numa epoca distante, foram tragicamente macaqueadas no seculo vinte e neste jardim á beira-mar plantado.

A genuina incarnação da ideia democratica, a Republica verdadeira, impudica na sua nudez de sem vergonha, foi o regimen dos macacões. Tudo o que lá fóra se fez em outros tempos de violentamente perseguidor, foi aqui refinado até ao extremo em requintes tigrinos de voluptuosidade feroz. Macaqueou-se tudo; tudo se imitou. Nesses sete anos de republica velha nada faltou para que a nossa historia se pautasse pela historia radicaleira da França. Quando um dia, livres de complicações internacionaes, que os factos consumados nos obrigam a acatar, e das peias que a guerra impoz á imprensa com a aplicação duma censura nem sempre escrupulosa, se passar uma vista d'olhos sobre este tôrvo periodo, bem poderá dizer-se que foi de autenticos macacões a obra ruinosa que sucedeu á dissolvencia constitucionalista.

•

Mas se a Republica velha foi em Portugal a devastação dos macacões, que dizer dessa fraldiquice que p'ra'hi se vê em palpos d'aranha á roda dum homem que tambem um dia quiz macaquear o côrso intruso? Eu não reconheço nestes interessantes e estranhos «saguis» da politica nem competencia, nem criterio administrativo, nem sequer uma pequena parcella de senso politico.

Don de barato que haja muita vontade de acertar, mas os erros sucedem-se todos os dias. Dizem-me que é muito honrado o sr. Xavier Esteves, mas o Estado *está desfalcado nuns tantos centos de contos* que magicamente se escoaram — muito licitamente — para as mãos de muito honrados financeiros. Regimen de «vigaristas politicos» a Republica Nova vive de ingenuidades sem possuir convicções.

O macaquinho *simbolico* que se ostententa sobre os seios semi-virgens das costureirinhas que falam em calão e dizem palavrões obscenos, é uma consequencia da época confusa em que os macaquinhos politicos pontificam nos logares onde em outros tempos a macaquaria nacional creava cabelos brancos.

—Até quando, oh meu Deus! até quando nos governará a democracia—regimen de macacos, de macacões e de macaquinhos?

Cesar A. d'Oliveira

José Luís da Silva Dias

Assumiu o logar de redactor-principal da *Gazeta do Lima* este nosso presadissimo amigo. Espirito moço, com uma cuidada cultura literaria e sociologica, no *Integralismo* achou a conclusão natural da sua profunda fé nacionalista. Nos fastos do nosso movimento já Silva Dias escreveu algumas paginas brilhantes. Abraçamo-lo efusivamente com as expressões mais calorosas da nossa camaradagem.

PORTUGUESES!

Os prisioneiros de guerra passam privações

Enviai á Junta Patriotica do Norte—Paços do Concelho—Porto—generos ou roupa, que esta os fará chegar ao seu destino.

Ao leitor d'A MONARQUIA

Depois de lido, enviar este jornal ás Juventudes Monarquicas Conservadoras, Nucleo Regional de Lisboa, travessa das Mercês, 53, a fim desta o mandar para os nossos soldados no «front».

Um triunfo integralista

Do «Diario Nacional», orgão do ilustre representante de S. M. El-Rei:

Numa entrevista concedida pelo sr. dr. Cunha e Costa a um colaborador da «Situação» e onde a. ex.ª se refere á sua estada em Paris, em trabalhos de propaganda a favor dos aliados, atitude esta que está perfeitamente em harmonia com o sentir deste jornal, desde a primeira hora da sua existencia, encontram-se os seguintes periodos:

«—Nas declarações feitas á imprensa, afirmou v. ex.ª que Portugal era um país essencialmente conservador e catolico, mas que uma Republica conservadora e respeitadora das liberdades da Igreja tornaria impossivel uma restauração monarquica?

—Disse-o, porque o sinto e porque, nada devendo á politica, ao país devo a verdade e só a verdade. Comprehende muito bem que no chamado partido monarquico haja homens que, por circunstancias que agora me não cumpre apreciar, morram, como nasceram, monarquicos. Mas os outros, aqueles que realmente «constituem as forças vivas da Nação, não de necessariamente vir a integrar-se na politica republicana, desde que se convençam de que em Portugal é viavel uma Republica conservadora.»

Depois deste modo de vêr do sr. dr. Cunha e Costa, que tem tanto de errado como... de imprevisto, parece-nos que a. ex.ª nada poderá continuar a considerar-se monarquico nem mesmo «suelto», como se classificou numa carta dirigida ao «Diario Nacional» e publicada no dia 14 de junho ultimo.

Como nós tinhamos razão quando na sessão memoravel da Liga Naval arrancámos a mascara a esse picaresco Fruão que á «sombra do seu monarquismo pretendia inocular na causa monarquica o «virus» dissolvente das suas doutrinas!...

Abel José Cabral de Oliveira e Castro

Victimado pela epidemia pneumonica faleceu ontem este nosso querido amigo, aluno do 2.º ano da Faculdade de Direito, filho de José Manuel de Oliveira e Castro, Director dos Serviços de Fazenda das Guinés, e irmão de Alfredo Cabral de Oliveira e Castro, secretario do Governo de Lunda e do nosso querido amigo e correligionario João de Deus Cabral de Oliveira e Castro. O funeral realisou-se ontem, seguindo o corpo para jazigo no cemiterio dos Prazeres.

O extincto, pela sua afabilidade e claro espirito deixa em todos os seus amigos uma grande saudade.

A toda a familia enlutada e em especial ao nosso amigo João de Oliveira e Castro as nossas mais sinceras condolencias.

A grande conflagração

Vê-se no alto comando aliado o empenho de abreviar a campanha, forçando, quem sabe, até os imperios centrais a pedirem a paz (a pedirem-na e não a proporem-na, o que faz a sua diferença) antes que o ano corrente termine.

Trata se com efeito duma ofensiva de grande estilo, em todas as frentes desde o Mar do Norte aos Balkans e agora até, em vista da capitulação da Bulgaria, ao proprio Mar Negro.

Ofensiva esta habilmente combinada, atacando ora aqui sobre o Somme e sobre o Aisne, ora acolá na região de Verdun, ora no Vardar, ora na região baixa da Flandres, onde o Rei Alberto com os seus anglo-belgas se acaba de atirar, com ardoroso arranco aos inimigos da sua frente. Falta só a Italia entrar em acção.

Proposito firme e evidente o de imobilisar as reservas dos centrais, impedindo que elas acorram duma frente á outra e o de fazer desorientar o Estado Maior inimigo, que, segundo se vê, vai estando a braços com a falta de homens.

Como se conseguiu isto?

Com a cooperação *yankee*, sem a mais ligeira sombra de duvida. Não trarão os americanos á Europa soldados aguerridos nem grandes capacidades militares. Mas, pelo que se vê, e contra o que era de prever, francamente o dizemos, o esforço americano é muito pelo numero de gentes que acorrem á frente ocidental e pelo bem apetrechados que se apresentam.

Aqui temos nós o caso da *quantidade* suprir a *qualidade*, porque se excederam certos limites, está claro...

E agora se começa a compreender tal o motivo do grande arranco germanico de 9 de julho desde o Chemin des Dames ao Marne.